

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 992.756 - SP (2016/0259316-1)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : AURELIO RICARDO SUAREZ ARENAS**  
**ADVOGADO : TIAGO CARDOSO LIMA - SP240901**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por AURELIO RICARDO SUAREZ ARENAS, em 25/04/2016, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO LEGAL. ART. 557 DO CPC. MANUTENÇÃO DO JULGADO AGRAVADO. REVISÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

1- Nos termos do artigo do art. 557, 'caput' e parágrafo 1º-A, do Código de Processo Civil, cabe ao relator o julgamento monocrático do recurso, negando-lhe seguimento quando se manifeste inadmissível, improcedente, prejudicado ou para lhe dar provimento se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência do respectivo tribunal ou dos tribunais superiores.

2- Inviabilidade do agravo legal quando constatada, de plano, a improcedência da pretensão recursal, mantidos os fundamentos de fato e de direito do julgamento monocrático, que bem aplicou o direito à espécie.

3- Agravo legal desprovido" (fl. 155e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, neste termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

- Os incisos I e II, do artigo 535 do Código de Processo Civil dispõem sobre a oposição de embargos de declaração se, na sentença ou no acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão. Destarte, impõe-se a rejeição do recurso em face da ausência de quaisquer das circunstâncias retromencionadas.

- Sob os pretextos de omissão do julgado, pretende a parte autora atribuir caráter infringente aos presentes embargos declaratórios. No entanto, o efeito modificativo almejado somente será alcançado perante as Superiores Instâncias, se cabível na espécie.

- Por fim, verifica-se que a parte autora alega a finalidade de

prequestionamento da matéria, mas, ainda assim, também deve ser observado o disposto no artigo 535 do CPC, o que, 'in casu', não ocorreu.

- Embargos de declaração rejeitados" (fl. 171e).

Sustenta a parte ora agravante em síntese, que:

"Com a devida vênia, o RESP merecia e merece admissão.

Senão vejamos.

(...)

**Ressalte-se inicialmente que a ação tem por objeto a adequação do benefício previdenciário recebido aos novos tetos fixados nas EE. CC. nºs 20/1998 e 41/2003, a contar de suas edições, de acordo com o estabelecido e decidido pelo Plenário do E. Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral, no julgamento do R.E. nº 564.354-SE.**

As RR. Decisões, com efeito vinculante, proferidas pelo E. Plenário do Excelso Pretório no R.E. 564.354/SE são muito claras e objetivas e, de acordo com elas, o julgamento da questão posta em discussão exige exame e pronunciamento sobre:

(...)

Com efeito, assim decidiu e estabeleceu o E. STF, sob o regime da repercussão geral, no RE 564.354/SE, precisamente a fls. 504 (R. Relatório da Exma. Ministra Relatora Cármen Lúcia), fls. 540 (R. Voto do Exmo. Ministro Dias Toffoli), fls. 643 (R. Decisão que reconheceu a existência da repercussão geral), etc:

(...)

Relevante observar, também, que a Manifestação do Exmo. Sr. Ministro Menezes Direito, posicionando-se pela existência de repercussão geral no R.E. em referência, a qual foi acolhida e transcrita pelo Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio no Pronunciamento em que admitiu a repercussão geral, dispôs no mesmo sentido.

É fora de dúvida, portanto, que a tese firmada pelo E. STF no RE 564.354/SE dispõe que o julgamento das questões relativas à adequação das Rendas Mensais do Benefício (RMBs) aos novos tetos trazidos pelas EE. CC. 20/1998 e 41/2003 exige exame e pronunciamento sobre os documentos e cálculos primitivos adotados na fixação da RMI e mais especificamente sobre a média aritmética simples dos salários-de-contribuição apurada em referidos cálculos.

**Feitas essas observações, o Recorrente passa a demonstrar que os pressupostos adotados nos VV. Acórdãos contra os quais foi oposto o REsp e na R. Decisão Monocrática ora agravada não merecem prevalecer** porque contrariam frontalmente, inclusive, a tese firmada pelo E. STF no RE 564.354/SE.

Senão, vejamos.

(...)

Na R. Decisão ora agravada, a Exa. Des. Fed. Vice-Presidente não decidiu sobre a admissibilidade ou inadmissibilidade do Recurso Especial face às arguições de violações a esses dispositivos legais, não obstante referidas arguições tenham sido formuladas expressamente e com base nas alíneas 'a' e 'c' do art. 105, inciso III, da CF.

As violações a essas disposições legais foram muito bem demonstradas no Recurso Especial e assim a inadmissão não se justifica.

**QUANTO À VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973, CORRESPONDENTE AO ART. 1022 DO CPC/2015.**

Conforme demonstrado acima, de acordo com a tese firmada pelo E. STF no RE 564.354/SE, o julgamento das questões relativas à adequação das Rendas Mensais do Benefício (RMBs) aos

novos tetos trazidos pelas EE. CC. 20/1998 e 41/2003 exige exame e pronunciamento sobre os documentos e cálculos primitivos adotados na fixação da RMI e mais especificamente sobre a média aritmética simples dos salários-de-contribuição apurada em referidos cálculos.

É absolutamente fora de dúvida, portanto, que o ponto fundamental e essencial da questão relativa à adequação das Rendas Mensais dos Benefícios aos novos tetos trazidos pelas EE. CC. 20/1998 e 41/2003 está nos documentos e cálculos primitivos adotados na fixação da RMI e mais especificamente na média aritmética simples dos salários-de-contribuição apurada em referidos cálculos.

Ora, basta que se leiam os VV. Acórdãos recorridos para se verificar que a C. Turma decidiu sobre o mérito da questão sem considerar o ponto fundamental e essencial da questão e sem se pronunciar sobre eles.

Tenha-se em conta que, no caso dos autos, o Autor e ora Recorrente suplicou insistentemente pelo exame e pronunciamento sobre o ponto fundamental e essencial da questão, sobre os documentos e cálculos primitivos relativos à fixação da RMI nas seguintes peças processuais:

(...)

Assim, afigura-se inegável que a C. Turma, de fato:

- ofendeu o ART. 535, INCISO II, DO CPC/1973, CORRESPONDENTE AO ART. 1022, INCISO II, DO CPC/2015;
- ofendeu, também, aos ARTS. 1039 e 1040 DO CPC/2015, já que repudiou a tese firmada no RE 564.354/SE.

Sobre o decidido e estabelecido por esse E. STJ no julgamento do RESP nº 1.368.977/SP e no AgRg no RESP nº 1.345.266/SC.

Acresce ressaltar que não condiz com a realidade a afirmação

contida na R. Decisão ora agravada no sentido de que a pretensão formulada no Recurso Especial afronta o decidido e estabelecido por esse E. STJ no julgamento do RESP nº 1.368.977/SP e no AgRg no RESP nº 1.345.266/SC.

De acordo com esses VV. Acórdãos e de acordo, também, com o V. Julgado proferido pelo Excelso Pretório no julgamento da Q.O. no A.I. nº 791.292/PE, é necessário, é imprescindível que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente.

**Não há necessidade do exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão, mas a decisão deve ser fundamentada em função da causa de pedir, do ponto fundamental e essencial da questão.**

Se não há fundamento em relação à causa de pedir, ao ponto fundamental e essencial da questão, a conclusão que se impõe é que **a decisão carece de fundamento e, portanto, viola o inciso II, do art. 535 do CPC/1973**, correspondente ao art. 1.022, inciso II, do CPC/2015 e, também, a garantia assegurada no inciso IX do art. 93 da CF/88.

No caso, a violação ao inciso II do art. 535, correspondente ao art. 1.022, inciso II, do CPC/2015, e a afronta ao estabelecido por esse E. STJ no julgamento do RESP nº 1.368.977/SP e no AgRg no RESP nº 1.345.266/SC são por demais evidentes: a causa de pedir, o ponto fundamental e essencial da questão estão no valor do salário de benefício apurado nos cálculos primitivos da RMI, mas os Exmos. Julgadores desprezaram sua existência e não se pronunciaram sobre ele.

(...)

**NÃO CONDIZ COM A REALIDADE REGISTRADA NOS AUTOS A CONCLUSÃO NO SENTIDO DE QUE A PRETENSÃO RECURSAL ESTÁ LASTREADA EM ARGUIÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS.**

(...)

**NÃO CONDIZ COM A REALIDADE REGISTRADA NOS AUTOS A CONCLUSÃO NO SENTIDO DE QUE O ACOLHIMENTO DA PRETENSÃO RECURSAL EXIGIRIA 'INEVITÁVEL REVOLVIMENTO DO SUBSTRATO FÁTICO-PROBATÓRIO'.**

**Não se pediu e não se pede que esse E. STJ aprecie qualquer prova dos autos.**

**A pretensão recursal visa, INCLUSIVE, a ANULAÇÃO DOS VV. ACÓRDÃOS, PARA QUE OUTRO JULGAMENTO SEJA PROFERIDO PELA C.TURMA DO E. TRF/3ª COM PRONUNCIAMENTO SOBRE O PONTO FUNDAMENTAL E**

ESSENCIAL DA QUESTÃO, qual seja, o valor do salário de benefício apurado nos cálculos primitivos.

Para verificação da omissão e falta de pronunciamento que implicam em evidente cerceamento de defesa e nulidade, o Autor não pediu a apreciação de nenhuma das provas constantes nos autos, mas sim, apenas e tão-somente, do contido nas seguintes peças processuais:

(...)

Para apreciação e decisão sobre as arguições de ofensa e negativa de vigência aos arts. 543-B, § 3º, do CPC/1973, correspondente aos arts. 1.039 e 1.040, do CPC/2015, bem como ao art. 5º da Lei nº 5.890/73, não é necessária, tampouco, apreciação de nenhuma das provas constantes nos autos: basta a leitura dos VV. Acórdãos recorridos.

**Enfim, não merece prevalecer a conclusão no sentido de que o atendimento da pretensão recursal exige exame e decisão em torno do 'substrato fático-probatório da demanda'.**

(...)

No caso, como já assinalado e demonstrado, o julgamento da pretensão recursal não exige exame ou reexame do suporte fático probatório de forma alguma: basta que se leiam os VV. Acórdãos recorridos para se verificar a ofensa aos dispositivos legais arguidos.

A IDENTIDADE ENTRE AS QUESTÕES DECIDIDAS NOS VV. ACÓRDÃOS CONSTANTES POR CÓPIA A FLS. 320/346, INDICADOS COMO PARADIGMAS, E AS QUESTÕES OBJETO DO RECURSO ESPECIAL É EVIDENTE, INEGÁVEL.

Em relação ao art. 535, incisos I e II do CPC/1973, correspondente ao art. 1.022, incisos I e II do CPC/2015, os VV. Acórdãos indicados como paradigmas constam por cópia autêntica a fls. 216/228 dos autos.

O confronto analítico da divergência foi apresentado no REsp e está a fls. 199/202 dos autos.

Assim, quanto à arguição de ofensa ao art. 535, incisos I e II do CPC/1973, correspondente ao art. 1.022, incisos I e II do CPC/2015, não há como se negar a identidade entre a questão decidida nos VV. Acórdãos ora recorridos e a questão decidida nos VV. Acórdãos indicados como paradigmas.

(...)

**O confronto analítico da divergência foi apresentado no REsp e está a fls. 207/213 aos autos.**

**Assim, quanto à arguição de ofensa ao art. 5º da Lei nº 5.890/73, não há como se negar a identidade entre a questão decidida nos VV. Acórdãos ora recorridos e a questão decidida nos VV. Acórdãos indicados como paradigmas" (fls. 284/297e).**

Requer, ao final, que o presente Agravo seja recebido e provido, com a reforma da r. decisão agravada e o consequente conhecimento e provimento do Recurso Especial.

Não foi apresentada Contraminuta.

A irresignação não merece conhecimento.

Do exame dos autos, verifica-se os fundamentos da decisão agravada, para inadmitir o Recurso Especial, são os seguintes:

"O recurso não merece admissão.

Não cabe o recurso, primeiramente, por eventual violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil, dado que o acórdão hostilizado enfrentou o cerne da controvérsia submetida ao Judiciário, consistindo em resposta jurisdicional plena e suficiente à solução do conflito e à pretensão das partes. Nesse sentido, já se decidiu que 'não prospera o recurso por violação do art. 535, II, quando o acórdão recorrido, ainda que de modo sucinto, dá resposta jurisdicional suficiente à pretensão das partes' (STJ, RESP nº 1.368.977/SP, Rel. Min. Castro Meira, DJe 25.03.2013). Ademais, 'inexiste violação do art. 535 do CPC quando o acórdão apresenta-se adequadamente fundamentado. O simples fato de as teses apresentadas não serem integralmente repelidas não significa, por si só, irregularidade, pois o juiz não está obrigado a se manifestar sobre todos os argumentos suscitados pelas partes' (STJ, Segunda Turma, AgRg no RESP nº 1.345.266/SC, Relator Min. Og Fernandes, j. 11.02.2014, DJe 06.03.2014).

Não cabe o especial, outrossim, para enfrentamento da alegação de violação a dispositivos constitucionais, haja vista que tal matéria é da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, devendo, portanto, ser objeto de recurso próprio, dirigido à Suprema Corte. Nesse sentido, já se decidiu que 'não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, ainda que para fins de prequestionamento, examinar na via especial suposta violação a dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal' (STJ, Primeira Turma, AgRg no RESP nº 1.228.041/RS, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 15.08.2014).

De resto, tem-se que o pedido revisional deduzido pelo segurado-recorrente foi rejeitado pelas instâncias ordinárias, ao fundamento de que o benefício fora concedido antes do advento da Constituição Federal de 1988.

A alteração dessa conclusão, na forma pretendida, demandaria inevitável revolvimento do substrato fático-probatório da demanda, vedada na instância especial nos termos do entendimento consolidado na Súmula nº 7/STJ.

Nesse sentido:

'PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DA RMI. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE EM RAZÃO DE AUSÊNCIA DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A despeito de a agravante alegar, em seu Raro Apelo, violação ao art. 333 do CPC, ao fundamento de que os documentos dos autos comprovam que seu benefício de aposentadoria tem sido pago em desconformidade com a legislação vigente, o Tribunal de origem, soberano na análise fático-probatória da causa, consignou que as provas certificam apenas que os salários de contribuição foram limitados ao teto até março/95, o que não é suficiente para ratificar o alegado equívoco de limitação ao teto do benefício a partir da edição da EC 20/98 e 41.2003. 2. A alteração dessa conclusão, na forma pretendida, demandaria necessariamente o incursão no acervo fático-probatório dos autos. 3. Agravo Regimental desprovido'.

(STJ, Primeira Turma, AgRg no ARES n° 350.039/RJ, Rel. Min. Napoleão Nunes Mais Filho, DJe 07.04.2014)

**Finalmente, descabe o recurso quanto à interposição pela alínea 'c', uma vez que a jurisprudência é pacífica no sentido de que a incidência da Súmula n° 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.** Nesse sentido, v.g., AgRg no REsp 1.317.052/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 9/5/2013; AgRg nos EDcl no REsp 1.358.655/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 16/04/2013.

Ante o exposto, não admito o recurso especial" (fls. 275/277e).

A parte agravante, todavia, deixou de infirmar, especificamente, a decisão recorrida, isto é, deixou de se insurgir, fundamentadamente, quanto ao entendimento de que "descabe o recurso quanto à interposição pela alínea 'c', uma vez que a jurisprudência é pacífica no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto com base na qual deu solução à causa a Corte de origem"(fl. 276e).

Diante desse contexto, o presente Agravo em Recurso Especial não pode ser conhecido.

Com efeito, com o advento da Lei 12.322, de 09/09/2010, o Agravo de Instrumento contra decisão que não admite Recurso Especial passou a ser Agravo nos próprios autos. Porém, o legislador incorporou, ao texto legal, o **princípio da dialeticidade**, há muito sedimentado na jurisprudência desta Corte, com amparo na doutrina acerca do tema.

Assim, de acordo com o inciso I do § 4º do art. 544 do CPC/73, é dever da parte agravante atacar, **especificamente**, todos os fundamentos da decisão do Tribunal de origem que nega trânsito ao Recurso Especial, sob pena de não conhecimento de sua irresignação.

Esta Corte, com fundamento no citado dispositivo, bem como no princípio da dialeticidade recursal, vem aplicando, por analogia, a **Súmula 182/STJ** ao Agravo que não refute, de maneira específica, todos os fundamentos da decisão que não admitiu o Recurso Especial. É o que se depreende da leitura dos seguintes julgados:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE NEGATIVA. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. VERBETE SUMULAR N. 182/STJ. INCIDÊNCIA CONFIRMADA. EFEITO SUSPENSIVO. VIA INADEQUADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

1. A teor do verbete n. 182 da Súmula desta Corte, é **manifestamente inadmissível o agravo em recurso especial que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão confrontada.**

(...)

3. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 620.602/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe de 29/06/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. **DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.**

I – **Não se conhece do agravo que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu, na origem, o recurso especial, nos termos da Súmula 182 do STJ: 'É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada'.**

II – O Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

III – Agravo Regimental improvido" (STJ, AgRg no Ag 1.368.414/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA,



PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/03/2015).

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO MONOCRÁTICA NÃO REFUTADOS. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS. SÚMULA 182/STJ. OBRIGAÇÃO DE INFIRMAR TODOS ELES. PRECEDENTE. RESOLUÇÃO N. 432 DO CONTRAN. NORMA INFRALEGAL NÃO ABRANGIDA PELO CONCEITO DE LEI FEDERAL. PRECEDENTE. ART. 306 DO CTB. ALTERAÇÃO PELA LEI N. 12.760/2012. ADMISSÃO DE OUTROS MEIOS DE PROVA. PRCEDEENTE.

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 811.800/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 17/03/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. LEI ESTADUAL N. 9.664/2012. LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. ALÍNEA 'C'. DISPOSITIVO DE LEI EM QUE TERIA OCORRIDO A DISSIDÊNCIA INTERPRETATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

1. **É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada. Incidência, por analogia, da Súmula 182 do STJ.**

2. No agravo regimental, a agravante não impugna todas as razões da decisão agravada, limitando-se apenas a rebater a incidência da Súmula 284/STF.

3. **Nos termos do art. 544, § 4º, inciso I, do Código de Processo Civil, 'a parte deve impugnar todos os fundamentos da decisão agravada, autônomos ou não, pois não existe identidade entre a lógica da Súmula n. 182/STJ e a Súmula n. 283 do STF, uma vez que o conhecimento, ainda que parcial do agravo em especial, obriga a corte a conhecer de todos os fundamentos do especial, inclusive os não impugnados de modo específico'. (AgRg no AREsp 68.639/GO, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 13/12/2011, DJe de 2/2/2012).**

Agravo regimental não conhecido" (STJ, AgRg no AREsp 450.558/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/02/2014).

O novo Código de Processo Civil ratificou tal entendimento, conforme se depreende do seu art. 932, III, **in verbis**:

"Art. 932. Incumbe ao relator:

(...)

III. **não conhecer do recurso** inadmissível, prejudicado ou **que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;**

(...)"

Assim, se a lei estabelece pressupostos ou requisitos para a admissibilidade do recurso – no particular, o art. 932, III, do CPC/2015 determina a necessidade de impugnação específica aos fundamentos da decisão que inadmitir o Recurso Especial –, cabe à parte proceder em estrito cumprimento às determinações legais.

De fato, "não se pode desconhecer os pressupostos de admissibilidade do recurso. O aspecto formal é importante em matéria processual não por obséquio ao formalismo, mas para segurança das partes e resguardo do *due process of law*" (STJ, AgRg no Ag 427.696/RJ, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, DJU de 12/08/2002).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, **não conheço do presente Agravo em Recurso Especial.**

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES  
Relatora